



Revisão e Realidade da RESEX Marinha da Lagoa do Jequiá

Review and Reality of the Marine RESEX of the Jequiá's Lagoon

Adriana Thiara de Oliveira Silva⁽¹⁾; Janaina Accordi Junkes⁽²⁾

Página | 2632

⁽¹⁾ORCID: 0000-0003-2001-0655. Doutoranda e Mestra em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas (SOTEPP) no Centro Universitário Tiradentes (UNIT/AL); BRAZIL, Professora dos cursos de Turismo e Hotelaria do Instituto Federal de Alagoas (IFAL); Maceió, Alagoas, e-mail: adrianathiara@gmail.com.

⁽²⁾ORCID: 0000-0002-4442-8856. Doutora em Ciência e Engenharia de Materiais, Professora, Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas (SOTEPP) no Centro Universitário Tiradentes (UNIT/AL); Pesquisadora do Instituto de Tecnologia e Pesquisa (ITP); Maceió, Alagoas, e-mail: janajunkes@hotmail.com.

Todo o conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos seus autores.

Recebido em: 06 de julho de 2020; Aceito em: 24 de julho de 2020; publicado em 10 de 10 de 2020. Copyright© Autor, 2020.

RESUMO: A atividade turística é a segunda mais importante na economia de Alagoas. Para além disso, o turismo alagoano é diverso em sua natureza e atrativos. Este artigo tem como objetivo fazer uma revisão de literatura com vista colocar uma lupa na discussão sobre turismo e impacto ambiental em Reservas Extrativistas (Resex), que são Unidades de Conservação de uso sustentável e cujos principais beneficiários são a comunidade do local. Utilizamos a pesquisa bibliográfica para problematizar a relação entre os impactos ambientais e o turismo, a qual validou essa estreita relação. Ainda como apontamentos, foi observado na Resex estudada que toda a oferta e a demanda da atividade turística na região estão lastreadas no uso dos recursos naturais: praias, rios e piscinas naturais, principais atrativos trabalhados pelo turismo. Deste modo, os impactos do turismo estão caracterizados por serem relacionados com a economia, principalmente. Este trabalho faz parte de uma pesquisa com autorização no SISBIO nº. 69227-1.

PALAVRAS-CHAVES: Turismo, Impacto Ambiental, Reserva Extrativista, Alagoas.

ABSTRACT: Tourism is the second most important activity in the economy of Alagoas. In addition, Alagoas tourism is diverse in nature and attractions. This article aims to do a literature review with a view to placing a magnifying glass in the discussion on tourism and environmental impact in Extractive Reserves (Resex), which are Conservation Units for sustainable use and whose main beneficiaries are the local community. We used bibliographic research to problematize the relationship between environmental impacts and tourism, which validated this close relationship. Still as notes, it was observed in the studied Resex that all the offer and demand of tourist activity in the region are based on the use of natural resources: beaches, rivers and natural pools, the main attractions worked by tourism. Thus, the impacts of tourism are characterized by being mainly related to the economy. This work is part of a research with authorization at SISBIO nº. 69227-1.

KEYWORDS: Tourism, Environmental Impact, Extractive Reserve, Alagoas.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país reconhecido por seu potencial turístico. Sua grandeza territorial, variedade geográfica, climática, fauna, flora, cultura, gastronomia e outras, demonstram condições e circunstâncias que favorecem o país.

Em uma análise macroambiental, todas as características mencionadas apontam o Brasil como uma potência no que diz respeito ao turismo, mesmo diante de um cenário internacional e nacional de incertezas.

Com o intuito de ser um canalizador dos esforços e sistematizador de políticas para o turismo, o Governo Federal criou, em 2003, o Ministério do Turismo (MTur), que tem como objetivo desenvolver o turismo como uma atividade econômica sustentável, com papel relevante na geração de empregos e divisas, proporcionando a inclusão social. Além do MTur, Estados e Municípios mantêm a interlocução por meio das Secretarias de Turismo, órgãos proponentes e executores das políticas públicas de/para o Turismo.

Notadamente, a cadeia produtiva do turismo tem ganhado relevância no contexto econômico nacional, não apenas nesse, mas também em outros contextos, tais como a geográfico, social, sustentável, ambiental, de infraestrutura e cultural, por exemplo.

Segundo o Boletim Econômico do Turismo¹, publicado pelo Ministério do Turismo em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, a atividade turística mantém-se em alta, gerando um faturamento no primeiro trimestre de 2016 da ordem de R\$ 7,1 bilhões, e igualmente no mesmo trimestre de 2017, um faturamento de R\$7,5 bilhões.

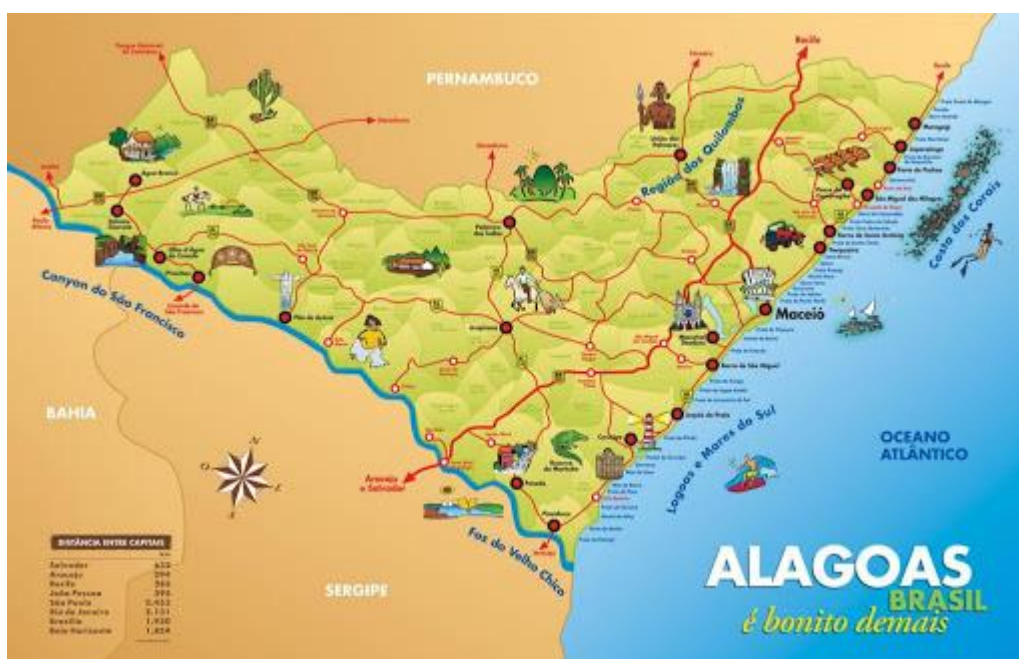
Segundo Beni (2012, p.31), o turismo é um fenômeno inter e transdisciplinar. Ainda de acordo com o pesquisador, tal qual um sistema aberto, o turismo está em contínua simbiose com amplos contextos e cenários conectados à base de um conjunto de relações ecológicas, sociais, econômicas e culturais.

Usaremos como *locus* para nossa discussão Jequiá da Praia, município localizado no litoral Sul de Alagoas, na região Nordeste do Brasil. Jequiá da Praia foi o último município a ser criado, pela Lei estadual nº 5.675/95 e tem como principais atividades econômicas a agropecuária e o turismo.

¹Dados do último Boletim disponibilizado. Para conhecer dos dados do Boletim Econômico do Turismo acesse: <http://www.dadosdefatos.turismo.gov.br/sondagens-conjunturais/boletim-de-desempenho-econ%C3%B4mico-do-turismo.html>

Conforme os indicadores do Turismo de Alagoas, o Estado já recebeu um fluxo total de 2.401.608 de pessoas, um aumento de 41% se comparado aos anos de 2002 e 2011 (ALAGOAS, p.29-31). Ao decidir fazer turismo em Alagoas, o turista tem a possibilidade de conhecer os 102 municípios, entretanto, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e do Turismo (Sedetur) elaborou um mapa indicando os municípios cuja atividade turística é mais desenvolvida. Em 2016, este mapa era composto por 23 municípios divididos em sete regiões. Esse foi atualizado em agosto de 2019, passando a contar com 50 municípios nestas sete regiões turísticas sistematizadas pelo Estado em seu mapa, conforme figura 1.

Figura 1. Mapa do Turismo Ilustrado (2019).



Fonte: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e do Turismo (Sedetur).

Desta forma, a escolha do município e também destino turístico Jequiá da Praia se deu pelo fato referido destino estar dentro de uma Unidade de Conservação Federal (UC), do tipo Reserva Extrativista (Resex), nomeada Resex Marinha da Lagoa do Jequiá, além disso o município passou a integrar, em 2019, em uma das sete regiões do turismo, a Lagoas e Mares do Sul e, desta forma, também a integrar o Mapa Nacional do Turismo, conforme dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, em agosto de 2019.

Assim, o Estado de Alagoas que é conhecido pelas mais belas praias do país, característica esta que se faz reconhecida por seus atrativos naturais de potencial turístico, um dos impulsionadores da economia do Estado, na última atualização do Mapa insere Jequiá da Praia, município dotado de praias e lagunas, o que demonstra ser, para variar, uma oferta local e também apontando o interesse mútuo de Estado, Comunidade e Mercado na exploração no destino como atividade econômica alternativa a agropecuária praticada localmente.

Ante a breve exposição dos contextos que ladeiam Jequiá da Praia, compreendemos que como dito em Oliveira (2019), uma realidade percebida em Unidades de Conservação (UC) é a grande demanda nas áreas de entorno e influência.

A Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá é exclusivamente aquática, a qual compreende a Lagoa de Jequiá e 3 milhas náuticas de área marinha. No entorno imediato dessa UC, existem 12 comunidades, com aproximadamente 3.000 famílias.

Atualmente existe apenas um empreendimento turístico, um receptivo e *day use* em uma das comunidades do entorno da Resex, na praia Dunas de Marapé. É um empreendimento irregular, que está em fase avançada de discussão judicial para sua retirada, mas anterior à implementação da Unidade e é o 4º destino turístico do Estado, segundo dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Mas além do empreendimento, tem ainda um passeio que é a única atividade turística comunitária e o único foco de apoio do ICMBio.

A preocupação do ICMBio, relatado durante um encontro e motivo de elaboração dessa pesquisa, é a necessidade de promover estudos dos impactos que podem ser causados pela atividade turística, sendo esses estudos uma ferramenta na definição de capacidade de suporte e alinhamento das políticas de turismo no Estado, principalmente no que tange a proposta de ordenamento da atividade turística em Reservas Extrativistas, sugestionando os regramentos necessários para o desenvolvimento das atividades turísticas.

Logo, esta investigação pretende apontar o uso da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), método e técnicas propostas por Sanchez (2013), como tecnologia para o planejamento do turismo na reserva extrativista em Jequiá da Praia, uma vez que apenas em 2019, a atividade turística foi indicada como um vetor de crescimento econômico e social. Utilizar a metodologia da AIA pode contribuir não apenas com o planejamento do turismo, tendo em vista que a referida metodologia está amparada na identificação de impactos nos meios físicos, bióticos e socioeconômicos (Sanchez, 2013),

mas também para o desenvolvimento da atividade econômica de forma a minimizar os impactos ocorrem em detrimento dessa ação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesse trabalho utilizaremos o método misto, com abordagem quantitativa e qualitativa, tendo em vista o objeto e os objetivos a serem alcançados. O método e técnicas mistas nos auxiliarão a identificar, quantificar, mapear e analisar a aplicação das técnicas de avaliação impactos ambientais e sua aplicabilidade na etapa de planejamento de políticas públicas para o turismo.

Para cada método, uma gama de técnicas, assim como o tipo de informação que será acessada e/ou coletada. Paranhos *et al* (2016) sugerem que a combinação de diferentes teorias, métodos e fontes de dados pode ajudar a superar o viés natural que atinge estudos com abordagens singulares.

Dentre as técnicas utilizadas estão pesquisa de levantamento de dados primários em fontes oficiais e análise documental – Ministério do Turismo, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turístico de Alagoas (Sedetur), Prefeitura Municipal e Secretaria de Turismo de Jequiá da Praia, ICMBio e outras entidades relacionadas ao meio ambiente turismo e fotografias.

A pesquisa está restrita aos profissionais de turismo, inclui-se agentes públicos, privados e mistos, bem como das comunidades ligadas ao destino turístico em construção na Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá, Alagoas (critérios de inclusão). Não serão inclusos os turistas (critério de exclusão).

REFERENCIAL TEÓRICO

Silva Junior (2000) nos apresenta o Turismo como fenômeno científico complexo espacial e humano, que se desenvolve de forma integrada, conciliando interesses do poder público, do empresariado e das populações envolvidas, expostas aos impactos sociais, econômicos, ambientais e culturais que as atividades turísticas podem causar.

Ainda em Silva Júnior (2000), as sociedades são consideradas desenvolvidas à medida que nelas o homem logra satisfazer suas necessidades e renovar suas aspirações.

O estudo do desenvolvimento tem, portanto, como tema central a criatividade cultural e a morfogênese social, temática que permanece praticamente intocada. Porque uma sociedade apresenta em determinado período de sua história uma grande capacidade criadora é algo que nos escapa. Menos ainda que a criatividade se orienta nesta ou naquela direção.

Mas existe alguma evidência que por toda parte, no espaço e no tempo, a invenção cultural tende a ordenar-se em torno de dois eixos: a busca pela eficácia na ação e a busca do propósito para a própria vida” (FURTADO, 2000). Furtado assim como a turismóloga Tânia Omena em Silva Junior (2000), quer dizer que é preciso compreender o desenvolvimento como um processo global que envolve desde a transformação da sociedade, perpassando pelo processo de acumulação e ampliação da capacidade produtiva, apropriação de produto social, divisão do trabalho, cooperação, estratificação social e dominação, por exemplo.

É atribuída a atividade turística, de forma viciosa, a possibilidade do desenvolvimento sustentável, por meio de uma grande capacidade de gerar emprego. Silva Junior (2000, p.14) se propõe a contrapor esse discurso rotineiro, pois apresenta que a viabilização do “desenvolvimento não está no atrativo em si, nos produtos da localidade ou nos turistas, mas na determinação e identidade da população residente”.

Wester (1999) nos apresenta que o que conhecemos atualmente como ecoturismo “explodiu” no século XX a partir das viagens de turismo na natureza, a exemplo dos safáris na África e em Parques Nacionais na América.

A principal questão levantada por Wester (1999) àquela época, estava no fato de compreender de que forma os valores pagos pelos turistas podem ser revertidos para a conservação do ambiente ou como valorar um atrativo natural e torná-lo sustentável. Essa discussão evoluiu ao longo dos anos e deu, segundo Wester, origem ao conceito de desenvolvimento sustentável. É bem verdade que o conceito de desenvolvimento sustentável é tão complexo que, por mais que se conceitue, sempre haverá intersecções que provocarão novos e profundos debates que não se esgotarão por hora. Uma afirmação se impôs imperativa para este autor, o ecoturismo “é um amálgama de interesses que emergem de preocupações de ordem ambiental, econômica e social” (p.18), o qual também se coloca como imperativo que a não se pode preservar a natureza as custas da comunidade local, mas as comunidades devem participar do processo, pois são elas as principais interessadas na conservação do ambiente.

Em se tratando o impacto do ecoturismo, BOO (1999) nos apresenta dois fatores relevantes que ela chama de Custos e Benefícios, sendo o custo o impacto negativo, relacionado a degradação do meio ambiente, as injustiças e instabilidade econômica, e, o benefício sendo o impacto positivo, quer seja a geração de receitas, criação de empregos, promoção da educação ambiental ou conscientização sobre a conservação (BOO, 1999, p.34).

Temos então, os conceitos basilares para Ecoturismo os quais destacamos:

Provocar e satisfazer o desejo que temos de estar em contato com a natureza, é explorar o potencial turístico visando à conservação ao desenvolvimento, é evitar o impacto negativo sobre a ecologia, a cultura e a estética (WESTER, 1999, p.18)

O ecoturismo, como componente essencial de um desenvolvimento sustentável, requer uma abordagem multidisciplinar, um planejamento cuidadoso (tanto físico como gerencial) e diretrizes e regulamentos rígidos, que garantam um funcionamento estável. Modalidade turística que tem como motivação principal viajar para áreas naturais, pouco modificadas e livres de contaminação, com o objetivo específico de estudar, admirar e desfrutar ativamente de suas paisagens, plantas e animais silvestres, assim como a manifestações culturais existentes nessas áreas (CEBALLOS-LASCURÁIN, 1999, p. 26).

Podemos extrair que as características do Ecoturismo em WESTER (1999) e CEBALLOS-LASCURÁIN (1999) são fenômeno complexo e multidisciplinar, participação dos moradores locais como sócios e beneficiários da conservação, utilização de recursos e mão-de-obra local, intersectorialidade (governo, empresas privadas, comunidades e ONGs), necessidade de não ser restrito a áreas protegidas.

Correia (2003) nos faz uma breve historiografia do Ecoturismo, a qual nos anos de 1970 as primeiras e prováveis manifestações. Podemos afirmar como apenas prováveis, mas também verdadeiras, dado o movimento ambientalista que emerge na mesma década. No Brasil, a primeira iniciativa foi datada em 1987, quando da criação do projeto de Turismo Ecológico, resultado de uma parceria entre o IBAMA e a Embratur.

As principais evidências da adoção deste segmento do turismo são datadas e recorrentes nos anos de 1990, quando, segundo Correia (2003, p. 13), da Conferência Globo 90, no Canadá, que tinha como objetivo reunir governo, integrantes do trade turístico, academia e organismos não-governamentais nos debates sobre os efeitos degradantes da indústria do turismo sobre o meio ambiente e as possibilidades de um turismo ambientalmente sustentável.

A própria RIO 92, com sua Agenda 21, apesar de não ser um encontro específico para discussão do ecoturismo, tinha em seu bojo as questões ambientais as quais formam norteadoras para uma série de outras discussões e investimentos. Tomamos como base o Marco referencial teórico para o Turismo de Base Comunitária, documento norteador proposto pelo Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social – LTDS e do Instituto Virtual de Turismo – IVTo, apoiado pela FAPERJ, em 2011, temos que experiências tradicionais de turismo demonstram que nem sempre ele está associado ao desenvolvimento das localidades onde se estabelece apesar de seu significativo crescimento ano a ano e do notável aumento das receitas provocado por ele.

No entanto, como está registrado no Marco Referencial, apesar de podermos observar um crescimento significativo de atividades turísticas deste último tipo em comunidades de diferentes configurações, no meio acadêmico não há uma única definição conceitual específica amplamente aceita que defina o TBC ainda que demonstrem similaridades de princípios antropológicos, sociológicos, econômicos, políticos, históricos, psicológicos e ambientais.

Conforme observamos no relatório, é possível compreender que as experiências em turismo de base comunitária e no Brasil apesar de terem um volume significativo nenhuma delas apresenta parâmetros claros a respeito de como poderíamos definir classificar ou conceituá-lo.

Em função disso, termos como turismo comunitário, turismo de base local e ecoturismo comunitário que os autores referenciados aqui adotam como termos representativos de suas perspectivas teóricas serão tratados nesse relatório como conceitos que apresentam grande interseção de princípios, mas que podem ter ou não o mesmo significado.

Na definição da WWF-International que nos serve de exemplo, o enfoque econômico é claro e incorpora a dimensão da participação direta das populações locais envolvidas com a atividade turística nos empreendimentos procurando garantir que os benefícios econômicos gerados permaneçam na comunidade visitada.

“a form of ecotourism where the local community has substantial control over, and involvement in, its development and management, and a major proportion of the benefits remain within the community.” (WWF-International 2001: 2)

Zauoal (2008), nos apresenta que esse tipo de turismo pretende à geração de impactos favoráveis nas dimensões econômica e social e que esteja em harmonia com o meio ambiente e com as culturas locais. Nestes casos, a comunidade é sujeito de seu próprio avanço, participando desde a concepção do turismo até seu desenvolvimento e gestão, considerando a complexidade, a diversidade e as realidades locais (ZAUOAL, 2008), apontando para o que se convencionou chamar hoje de sustentabilidade, ou turismo sustentável. A essas experiências vem sendo atribuído genericamente o título de Turismo de Base Comunitária (TBC).

Apesar de não haver um discurso uníssono a respeito do conceito do TBC as evidências apontam que a comunidade o ambiente e o interesse coletivo e os recursos são componentes importantes dentro da dinâmica do TBC. A posição adotada pelos pesquisadores e registrada no Marco será a adotada nessa investigação, “que o processo de empoderamento comunitário deve atender às necessidades de desenvolvimento do indivíduo, das instituições locais de interesse público e da comunidade por meio do exercício da liberdade, da autonomia e da soberania, sendo essas condições básicas para o desenvolvimento do TBC” (Marco Referencial Teórico para o Turismo de Base Comunitária, 2011, p.9).

DISCUSSÃO

Reserva Extrativista Jequiá da Praia

O município de Jequiá da Praia está localizado no litoral Sul de Alagoas, na mesorregião leste (figura 2). Jequiá está inserida na Bacia Hidrográfica do Atlântico, com uma área de 875,85km² e um perímetro de 193,14km², sendo um dos 14 rios que a compõem.

A Lagoa do Jequiá faz parte do conjunto das três maiores lagoas do Estado, sendo o rio Jequiá, aquele que abastece a lagoa, que até hoje garante a ocupação e o sustento da comunidade de pescadores.

Compreender a realidade do município e ter conhecimento dos dados sociais e econômicos nos dão um parâmetro da atuação da comunidade e seus agentes, bem como a percepção sobre o turismo e seus impactos serão assimilados e mitigados.

Deste modo, temos que, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE – figura 3), o município de Jequiá da Praia tem uma

população de 12.029, habitantes e uma densidade demográfica de 34,21 hab/km², em 2010. Já os dados estimados em 2019, dão conta de 11.580 habitantes, apresentando uma redução populacional de 4,33%. Ainda segundo o IBGE, o município gera um Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$ 21.202,21.

Figura 2. Localização geográfica de Jequiá da Praia, Alagoas Brasil.



Fonte: IBGE (2020).

Por meio de solicitação no Portal da Transparência, a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Turismo de Alagoas (Sedetur/AL), informou que, até janeiro de 2020, a atividade turística tinha devidamente registrada um (01), restaurante, três (03) guias profissionais e um meio de hospedagem, com 12 unidades habitacionais (36 leitos, sendo 3 deles acessíveis) na localidade, informações estas retiradas do Cadastur/AL, entretanto não informou o PIB da atividade turística em Jequiá.

Tabela 1. Dados Socioeconômicos.

Área territorial	334,570 km ² [2018]
População estimada	11.580 pessoas [2019]
Densidade demográfica	34,21 hab/km ² [2010]
Escolarização (6 a 14 anos)	97,4%
IDHM	0,556 [2010]
Mortalidade infantil	7,87 óbitos por mil nascidos vivos [2016]
Receitas realizadas	42.095,25687 R\$ (x1000) [2017]
Despesas empenhadas	42.382,89126 R\$ (x1000) [2017]
PIB per capita	21.202,21 R\$ [2017]

Fonte: IBGE (2020).

Em Jequiá, ainda segundo o IBGE, tem-se 65 empresas atuantes (sendo 2 diretamente relacionadas ao turismo), 1.323 pessoas estão ocupadas, sendo 11,2% da população, cujo salário médio mensal é de 1,5 salários mínimos. Entretanto, 52,9% da população vive com rendimento mensal per capita de até ½ salário mínimo.

Diferentemente da realidade das empresas, o setor agropecuário se apresenta como tendo o maior número de estabelecimentos, 224, dos quais 215 são de pequenos proprietários.

O número de matrículas da rede de ensino local é de 1.642 e a taxa de escolarização de 97,4% para matriculados entre 6 e 14 anos é considerada alta, resultado no atingimento da meta do Índice de Desempenho da Educação Básica (IDEB), em 2017. Entretanto, o município possui apenas 10 escolas, todas direcionadas ao ensino fundamental e nenhuma para o ensino médio.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi de 0,556, em 2010, podendo ser considerado na média. A taxa de mortalidade infantil é de 7,87 óbitos para cada 1.000 nascidos vivos. Jequiá possui sete (07) unidades de saúde, entretanto, há 13 distritos/comunidades na cidade.

No que diz respeito à dinâmica territorial, dos 334,5km², temos 37,2% com arborização e 34,1% sendo urbanizados (2010). Apenas 2,8% do município possui sistema de esgoto adequado, sendo uma influência para o ecossistema costeiro-marinho o qual o município está contido.

Podemos inferir que enquanto os indicadores acima citados demonstram o pouco desenvolvimento social e econômico, sendo acentuados os dados que são ponderados para o IDHM, os quais temos na educação um fator positivo e em saúde e renda interferências negativas, deixando o município em uma posição de pouco desenvolvimento, efetivamente, mesmo sendo o município mais novo do Estado.

A Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá é exclusivamente aquática, compreendendo a Lagoa de Jequiá e 3 milhas náuticas de área marinha. No entorno imediato dessa UC, existem 12 comunidades, com aproximadamente 3.000 famílias.

A Resex foi criada com o objetivo de assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local, funcionando segundo Meneses (2018) *apud* Lopes (2019), como um “espaço de proteção, manutenção harmônica entre meio ambiente e a população que, por tradição, lá vive”.

A população de extrativistas, composta principalmente por pescadores que exploram pescado e crustáceo dos manguezais adjacentes, é próxima de 2.000 pessoas. Os índices de escolaridade dos pescadores da Lagoa do Jequiá não diferem muito da média obtida para a classe de pescadores artesanais da costa brasileira, assim, predominam pescadores com o primeiro grau incompleto. A questão da saúde em pequenos municípios costeiros apresenta como principal carência a falta de infraestrutura de saneamento, sendo este fator responsável por grande número de doenças e mortes.

Esta situação reforça a necessidade de se iniciar um levantamento e avaliação dos impactos socioambientais subsidiando tomadas de decisão para as práticas de manejo.

Segundo Lopes (2019), e embora haja povoados em grande parte do entorno da lagoa, a concentração populacional se encontra no Centro, onde também está a sede administrativa do município e de onde também saem os barcos para a realização da atividade turística autorizada, que são os passeios para a foz da lagoa.

É no Centro que está a aglomeração que “exerce enorme pressão sobre o entorno da RESEX, o que, juntamente com a superexploração dos seus recursos naturais, gera um desequilíbrio ecológico, diminuindo a biodiversidade da fauna e da flora”, segundo Lopes (2019), que amparado em Sánchez (2013) complementa com o esclarecimento que desta forma, tal aglomeração também limita sua capacidade de “prover serviços e desempenhar funções de suporte à vida”.

Atualmente existe apenas um empreendimento turístico, um receptivo e *day use* em uma das comunidades do entorno da Resex, na praia Dunas de Marapé. É um empreendimento irregular, pois não detém da Licença Ambiental e conseqüentemente não deveria operar e que está em fase avançada de discussão judicial para sua retirada, entretanto, como sua instalação é anterior à implementação da Unidade e há, ainda, a pressão econômica de o município ser o 4º destino turístico do Estado, segundo dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o debate fica mais acalorado.

Vale destacar que além do empreendimento, há um passeio de barco que se inicia no meio do Rio Jequiá e segue até a foz, mesmo local do empreendimento turístico, sendo essa a única atividade turística comunitária e o único foco de apoio do ICMBio. Os passeios são operacionalizados pela Associação de Barqueiros (Asbarque), que tem cerca de 45 associados.

Ambiente e impactos na RESEX

Uma realidade observada por Oliveira (2019) em UCs é a grande demanda nas áreas de entorno e influência destas. Em Alagoas, as Unidades são de proteção marinha, ou seja, os impactos encontrados necessariamente não estão dentro das águas, mas no continente, onde há interação entre os indivíduos e os recursos.

Sendo preciso garantir o sustento, mas conviver com as regras para conciliar a geração de renda com a preservação do recurso natural, “ter um equilíbrio é difícil. Tem que manter o recurso natural da região e a qualidade de vida [sustento] da comunidade nas decisões que vamos tomar”, relata um pescador, evidenciando a dicotomia entre turismo e ambiente. (OLIVEIRA, 2019, p.104).

Este fato é registrado por Lopes (2019), em estudo recente, quando apresenta que os principais impactos em Jequiá da Praia estão relacionados à:

1. aglomerados que se desenvolvem de forma desordenada geram um ambiente de conflito, principalmente no que diz respeito à saúde pública, onde a infraestrutura urbana não consegue acompanhar o crescimento populacional deixando de oferecer serviços como saneamento básico, lançando efluente sanitário diretamente na lagoa, sem tratamento prévio, cuja concentração está no Centro da cidade, onde são encontrados 16 pontos, causando impactos ambientais e de saúde;
2. análises realizadas semanalmente pelo IMA/AL - Instituto do Meio Ambiente de Alagoas em praias do litoral sul demonstram que o esgoto tem afetado diretamente a qualidade da água da RESEX, sendo caracterizada, em dois dos três pontos de coleta, determinados pelo órgão ambiental, como imprópria para banho, obedecendo os critérios de balneabilidade constantes na Resolução CONAMA N° 274/2000, Conselho Nacional do Meio Ambiente;
3. supressão da vegetação do entorno da RESEX, que, em sua maioria, é composta por mangue, principalmente por Mangue-Vermelho e por Mangue-Branco, sendo a pressão exercida pelo desenvolvimento urbano uma das principais fontes de degradação desse ecossistema;
4. ocupação irregular, gerando a mudança de uso e ocupação do solo e, muitas vezes, dificultando o acesso à lagoa, por conta da construção de imóveis à beira da lagoa, prejudicando também a qualidade da água, pelo material utilizado na

construção, prática esta que começou a ser controlada pelo ICMBio para impedir o avanço da construção de estruturas ao redor da reserva;

5. perda de habitats naturais, torna-se cada vez mais difícil a multiplicação e o desenvolvimento de espécies mais vulneráveis, visto que cerca de 90% dos pescados e 95% de todos os alimentos provenientes do mar dependem das áreas de mangue, que cumpre o importante papel de berçário, em alguma fase de suas vidas. (ICMBio, 2019) Com isso, é possível afirmar que a perda de biodiversidade vegetal tem gerado a perda da biodiversidade animal. Porém, atualmente, essa biodiversidade se encontra ameaçada;

6. a supressão da vegetação, juntamente com a introdução de espécies exóticas da fauna, a sobreexploração dos recursos naturais disponíveis, a utilização de materiais ilegais de pesca, a pesca fantasma, causada pela perda ou descarte de redes, linhas e armações de pesca na lagoa, além do despejo de resíduo líquido e sólido, são os principais fatores que interferem na biodiversidade e na disponibilidade de tais recursos (LOPES, 2019, p.5-8).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho traz como realidade o que vem sendo observado em outras Unidades de Conservação em Alagoas, que apontam uma estreita relação entre a atividade do turismo e sua interação com o ambiente.

O mesmo pode ser observado na Resex Jequiá pelo fato de que toda a oferta e a demanda da atividade turística na região estão lastreadas no uso dos recursos naturais: praias, rios e piscinas naturais, principais atrativos trabalhados pelo turismo. Deste modo, os impactos do turismo estão caracterizados por serem relacionados com a economia, principalmente.

Assim, tomamos como principal conhecimento para a RESEX em Jequiá, que o impacto está relacionado à aglomeração e ocupação irregular, principalmente na região do Centro, área onde a atividade turística tem um ponto de atuação; oferta de infraestrutura básica, como a falta de saneamento e o lançamento de efluente sanitário diretamente na lagoa, sem tratamento prévio, causando impactos ambientais e de saúde, e impactando ainda diretamente no recurso natural explorado pelo turismo que é a laguna onde os passeios acontecem; associado a isso, o esgoto tem afetado diretamente a

qualidade da água da RESEX, tornando a balneabilidade da laguna imprópria inclusive para banho.

Além disso, a supressão da vegetação do entorno da RESEX que, em sua maioria, é composta por mangue, causa a degradação desse ecossistema, sendo de alto impacto para a atividade turística no segmento de alimentos, pois os estuários comprometem a fauna local, principalmente o fruto do mar e da lagoa, que podem deixar de ser servidos ou virem a se tornar mais caros para o turista; bem como a supressão da vegetação, juntamente com a introdução de espécies exóticas da fauna, a sobreexploração dos recursos naturais disponíveis, a utilização de materiais ilegais de pesca, a pesca fantasma, causada pela perda ou descarte de redes, linhas e armações de pesca na lagoa, além do despejo de resíduo líquido e sólido, sendo estes os principais fatores que interferem na biodiversidade e na disponibilidade de tais recursos.

Cabe assim a compreensão de que tais impactos influenciam em como a atividade se construiu e se constituirá em Jequiá da Praia.

REFERÊNCIAS

1. ALAGOAS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e do Turismo. *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo de Alagoas 2013-2023*. Alagoas, 2013.
2. _____. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e do Turismo. *Cartilha da regionalização do turismo em Alagoas*. Alagoas, 2011.
3. ASSIS, José Santino de *et al.* *Atlas escolar Alagoas: espaço geo-histórico e cultura*. 2 ed. João Pessoa: Editora Grafset, 2013.
4. BENI, Mario Carlos (org.). *Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão – desenvolvimento regional, rede de produção e clusters*. Barueri: Manole, 2012.
5. BOO, Elizabeth. O planejamento ecoturístico para áreas protegidas. In: LINDBERG, Kreg e HAWKINS, Donald E. (Org.). *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Senac, 1999.
6. BRASIL. Resolução CONAMA nº 001 de 23 de janeiro de 1986. Estabelece critérios básicos e diretrizes gerais para a elaboração da Avaliação de Impacto Ambiental.

7. _____, Ministério do Meio Ambiente/Ibama. Manual de Normas e Procedimentos para Licenciamento Ambiental no Setor de Extração Mineral, 2001. Disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/MANUAL_mineracao.pdf, acessado em 17.04.2018.
8. CEBALLOS-LASCURÁIN, Héctor. O ecoturismo como um fenômeno mundial. In: LINDBERG, Kreg e HAWKINS, Donald E. (Org.). *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Senac, 1999
9. FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. 3ª ed. São Paulo: Paz & Terra, 1974.
10. IGNARRA, Luiz Renato. *Fundamentos do Turismo*. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thompson, 2003.
11. LINDBERG, Kreg e HAWKINS, Donald E. *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Senac, 1999.
12. LOPES, Daniel Victor Silva. Avaliação dos impactos ambientais da urbanização sobre a Reserva Extrativista Marinha em Jequiá da Praia: Um estudo de caso. In: Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, 8. GT 2 - Conflitos Socioambientais. Maceió. *Anais...* Maceió: CONINTER, 2019. ISSN 2316-266X.
13. MONTAÑO, Marcelo; SOUZA, Marcelo Pereira de. A viabilidade ambiental no licenciamento de empreendimentos perigosos no Estado de São Paulo. *Eng. Sanit. Ambient.*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 435-442, Dec. 2008.
14. OLIVEIRA, Adriana Thiara. *Avaliação de impactos socioambientais do turismo na rota ecológica dos Milagres (AL)*. Arapiraca: Eduneal, 2019.
15. PARANHOS et al. Uma introdução aos métodos mistos. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 18, nº 42, mai/ago 2016, p. 384-411.
16. PETROCCHI, Mario. *Turismo: Planejamento e Gestão*. 2ª ed. São Paulo: Pearson/Pretence Hall, 2009.
17. SILVA JUNIOR, Elzário Pereira da. *Estudos turísticos e meio ambiente: uma proposta interdisciplinar*. Rio de Janeiro: E.P. Silva Junior, 2006.
18. ZAOUAL, H. *Globalização e Diversidade Cultural*. São Paulo: Publisher Cortez, 2003.
19. _____. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? *Caderno Virtual de Turismo*, vol. 8, nº 2, 2008. Disponível em www.ivt-rj.net/caderno.

20. WESTER, David. Definindo Ecoturismo. In: LINDBERG, Kreg e HAWKINS, Donald E. (Org.). *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. 2^a ed. São Paulo: Ed. Senac, 1999.